

Texto inacabado de Rafael Vecchio sobre o Ensino Superior e a Produção de Conhecimento no Brasil e na América Latina

Rafael era Graduado em Administração, Mestre e Doutor em Administração, sempre pela UFRGS. Era professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). A decisão editorial foi publicar o texto exatamente no estágio em que se encontrava, sem as referências ao final do texto e preservando as marcas que Rafael havia feito para si mesmo. Recados para si mesmo, para mais tarde, quando o texto fosse retomado. Infelizmente, esse momento não aconteceu. Com esta publicação homenageamos seu valor intelectual e pessoal, manifestamos nossa saudade da gentileza e carinho que distribuía, afirmamos sua presença.

Texto inacabado de Rafael Vecchio acerca de la Enseñanza Superior y la Producción de Conocimiento en Brasil y en América Latina

Rafael era Graduado en Administración, Máster y Doctor en Administración, siempre por la UFRGS. Era profesor de la Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). La decisión editorial fue de publicar el texto en el estadio en que se encontraba sin las referencias al final del texto y preservando las marcas que Rafael había hecho para sí mismo. Recados sí mismo, para más tarde, cuando el texto volviese a ser retomado. Infelizmente, ese momento no pudo pasar. Con esa publicación homenajeamos su valor intelectual y personal, manifestamos que extrañamos la gentileza y cariño que distribuía, afirmamos su presencia.

Unfinished paper of Rafael Vecchio about University Education and the Production of Knowledge in Brazil and Latin America

Rafael was graduate in Administration, Master and Doctor in Administration, always by the UFRGS. He was professor in the State Universty of Rio Grande do Sul (UERGS). The editorial decision was to publish this text in the exact form it was, without the references and preserving the marks Rafael made to himself. Messages for himself, revisions to be made later on, when he returned to the text. Unfortunately, this moment never happened. With this edition we honor his intellectual and personal value, we manifest that we miss his kindness and the care he shared, and we affirm his presence.

Desde a década de 1990 a área da Educação, e especificamente o ensino superior, vem enfrentando uma série de dificuldades em função da difusão dos pressupostos econômicos nos espaços acadêmicos, em um movimento desencadeado nos Estados Unidos e na Inglaterra já nos anos 1980, o qual, recuperando o ideário liberal da economia clássica, busca assegurar os interesses das grandes corporações multinacionais mundo afora. A proposta liberal, no que concerne ao papel das universidades no âmbito brasileiro e latino-americano, direciona a

atuação acadêmica às demandas de mercado, a fim de sustentar a estruturação econômica mundialmente globalizada, estabelecendo parâmetros empresariais para ditar as ações do meio universitário. O argumento para tanto postula a supressão das dimensões política, histórica e ideológica para dar lugar à implantação de um sistema educacional que privilegia o âmbito econômico-financeiro como eixo central das ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma administração delineada pela eficiência gerencialista (ROMERO; CALDERANO, 2008).

Uma das implicações daí decorrentes pode ser analisada à luz das contribuições de Castells (2000): a globalização é um fenômeno que mantém ou mesmo acentua as disparidades entre os países. No que se refere à produção de saberes, a distinção entre nações que criam e aquelas que reproduzem modelos, ideias, tecnologia, cultura, arte, evidencia que, na assim chamada sociedade do conhecimento, há a perpetuação da relação de dependência entre primeiro e terceiro mundo. Essa é uma condição problemática devido ao fato de que as diferenças entre os países são acentuadas, na medida em que a produção de conhecimento, imprescindível ao desenvolvimento no contexto contemporâneo, e que depende fundamentalmente de investimento em pesquisa e de uma formação educacional aprofundada, fica sob o domínio das nações centrais, cabendo às nações periféricas o papel de operadoras e consumidoras do conteúdo concebido no hemisfério norte (ROMERO; CALDERANO, 2008).

As diretrizes da corrente liberal restringem, então, as possibilidades do continente latino-americano, reservando ao Brasil e aos demais países uma colocação mais uma vez secundária, agora no que se refere ao papel das instituições de ensino e no que concerne à produção de conhecimento. Nesse sentido, cabe à América Latina, no arranjo presente da divisão internacional do trabalho, a produção de bens básicos, de pouca ou nenhuma elaboração industrial – impedindo, assim, a expansão efetiva de parques tecnológicos no continente - confeccionados por uma massa trabalhadora com formação de baixa qualidade, invariavelmente em condições precárias (SEVERINO, 2008).

Essa posição coadjuvante acaba por distorcer o próprio conceito de formação, de modo que a amplitude que deveria estar contemplada no ato de formar perde-se em um pragmatismo no qual o preparo ao mercado de trabalho – baseado na mera capacitação operacional – passa a ser considerado como formação (GRANDO, 2003).

Ensinar, a partir disso, torna-se um exercício de preparo ao utilitarismo e à lógica de meios e fins que rege a sociedade centrada no mercado. Ao mesmo tempo, o processo de aprendizagem fica restrito à aquisição do chamado conhecimento útil, aquisição circunscrita a

uma expectativa pontual, a de preparar mão de obra apta a trabalhos simples no menor tempo possível. Com o apogeu do conhecimento útil, a cidadania e a ética, a política e a história, são deixadas para trás, assim como o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. O que move a dinâmica acadêmica passa a ser o nexos monetário e a procura por instrumentos técnicos de fácil assimilação que assegurem o sucesso profissional (VOGT, 2003).

Ao se colocar em perspectiva a relevância social das universidades, bem como o papel que as instituições de nível superior teriam a cumprir no contexto brasileiro e latino-americano, a repercussão da difusão de conhecimento útil é ainda mais grave: a cada geração “formada” sob os parâmetros centrados no mercado, vai se acentuando a legitimação dos valores pragmáticos e utilitaristas, e, mais do que isso, a consolidação da disposição geopolítica do mundo globalizado. Assim, o meio acadêmico, ao prescindir da reflexividade que deveria pautar suas ações, ao não contemplar a dimensão histórico-política da ciência, da produção de saber, e da própria constituição da sociedade, reforça o “pensamento dependente, até sobre a própria dependência” (PORTELA, 2003, p. 83).

Ao se deparar com esse que é o ponto culminante dos ditames liberais para a Educação - o pensamento dependente - observa-se como a implantação da agenda neoliberal perpassa um processo de naturalização da sociedade centrada no mercado, e que pretende definir a estrutura universitária do Brasil e da América Latina nesses termos. Os aspectos até aqui abordados evidenciam essa naturalização:

a) a supremacia das ideias liberais, evidenciada na disseminação de seus pressupostos para todas as instâncias sociais mundo afora, alcança também o espaço universitário do continente;

b) ao adentrar os domínios acadêmicos, o arcabouço liberal direciona as ações de ensino, pesquisa e extensão, e a própria gestão das instituições aos parâmetros de mercado;

c) a produção de conhecimento, nessa perspectiva, restringe-se primordialmente a estudos e práticas vinculados à assimilação e operacionalização de aportes tecnológicos estrangeiros;

d) com isso, a colocação secundária do continente na divisão internacional do trabalho, bem como a distância entre primeiro e terceiro mundo, são mantidas;

e) a concepção de formação é distorcida, sendo compreendida como preparo ao mercado de trabalho, voltando-se, a partir disso, à mera transmissão de conhecimento considerado útil;

f) a assim chamada formação, restrita à disseminação de conhecimento útil, privilegia a aquisição de técnicas, instrumentos e modelos de baixa complexidade e rápida apreensão, com pouca ou nenhuma contextualização política, histórica e social;

g) de maneira subjacente, valores típicos de uma sociedade de mercado – o utilitarismo, o pragmatismo, o nexos monetário – são propagados como referências universais;

h) desse modo, a cada geração “formada”, o arcabouço liberal vai sendo consolidado como o normal, o adequado, o correto, naturalizando-se e sacramentando um ensino e uma produção de conhecimento que visam apenas à qualificação técnica e à resposta às expectativas de mercado, desconsiderando, e mesmo condenando trabalhos acadêmicos fundamentados no exercício político, na reflexão histórica, na criatividade, na ação protagonista.

Graças à resistência organizada por sindicatos, comunidades universitárias e sociedade civil as diretrizes que pautam o ideário liberal têm sido questionadas e combatidas. Assim, o contraponto às reformas liberais voltadas à Educação vem sendo construído a partir das iniciativas, nos campos político e acadêmico, que defendem, dentre outras práticas, uma formação em sentido amplo e emancipatório, o comprometimento da ciência e da tecnologia para com os problemas sociais, e uma produção de conhecimento direcionada tanto à inserção regional, através da aproximação com as comunidades e à população em geral, como ao posicionamento estratégico no cenário internacional (SEVERINO, 2008).

Uma das principais abordagens que abarcam os elementos colocados acima diz respeito à produção autônoma de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias próprias. A mobilização, nesse sentido, compreende o esforço em constituir, através da atuação das universidades, um processo de criação e difusão de saberes de alto nível, constituindo uma matriz tecnológica identificada com as questões nacionais e regionais, que responda às necessidades da população. Assim, a relação com o aporte tecnológico adquire outros atributos, na medida em que suscita reflexão e participação coletivas acerca de sua elaboração e implantação. Há, nessa perspectiva, a aproximação entre ciência e cidadania, a partir da preocupação constante em pensar a relevância das inovações tecnológicas para a resolução dos problemas sociais, direcionando a pesquisa e seus resultados para toda a sociedade (ROMERO; CALDERANO, 2008). Até aqui ok

A atenção ao potencial transformador subjacente à tecnologia contempla também o preparo das pessoas, para não somente serem capazes de desenvolver e lidar com um aparato tecnológico avançado, mas fundamentalmente para que isso seja feito de forma criativa, a partir de uma disposição em pensar rumos diferentes à inovação que a tecnologia proporciona:

a exclusiva preocupação com a competitividade internacional expressa uma visão limitada das potencialidades das novas tecnologias, pois estas possibilitam projeções de longo alcance para a organização econômica, o funcionamento da sociedade e a superação das suas carências. Assim, articular as dimensões econômicas com as dimensões políticas, mediatizadas por sólidas políticas educacionais, poderia traduzir-se no desenvolvimento sustentado dos países da América Latina e Caribe (ROMERO; CALDERANO, 2008, p. 24).

Desse modo, a qualidade e a amplitude da formação tornam-se fundamentais: o estímulo à criatividade, o preparo à reflexão crítica, os aportes cultural e filosófico se distinguem como elementos imprescindíveis ao ensino superior e demais instâncias educacionais, a fim de tornar factível essa nova relação com a tecnologia, em que a mesma é colocada a serviço do desenvolvimento em seu aspecto mais abrangente (VALE; ROSSO, 2003).

Essa qualidade e amplitude de formação deve aliar a apreensão de habilidades científicas, como a curiosidade, a imaginação, a capacidade de articular idéias, teorias e conceitos, com pressupostos éticos e ligados a valores, como o respeito pela vida, pelas diferenças e especificidades culturais, de modo que o conhecimento seja construído a serviço de toda a sociedade, a partir da formação de “estudantes-cidadãos”:

a formação do estudante-cidadão e da sua ética visa à sobrevivência solidária de cada grupo humano, rejeitando dicotomias como a que se verifica entre aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento. *Lócus* de construção/reconstrução justa e descolonizadora, ela firma um imperativo que faz convergirem organizações, universidade e governos em clima de debate e diálogo sem suprimir contradições e resistências (VALE; ROSSO, 2003, p. 54)

Um fundamento articulado com a premissa de aproximar sociedade e academia, suscitada pelo conceito de estudante-cidadão, e que da mesma forma pauta o debate referente à relevância do trabalho acadêmico é a inserção social das universidades. Trata-se de buscar sempre a aproximação com a sociedade, no sentido de que a produção acadêmica, o conhecimento gerado nos espaços universitários seja difundido não apenas aos alunos integrados em determinados cursos, mas à comunidade em geral, de modo a proporcionar uma elevação do nível técnico, político e cultural em um aspecto mais abrangente (SAVIANI, 2007).

Nesse sentido, a fim de estabelecer uma relação salutar e de contribuição efetiva para com seu entorno, é importante que os pesquisadores e demais sujeitos envolvidos na construção de conhecimento se disponham a ouvir a sociedade, estabelecendo uma interação na qual seja permitido que a população se coloque e tome parte nos problemas a serem enfrentados e nos caminhos a serem percorridos:

é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade, que já está presente nas massas, de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para elevação geral do nível de vida desta sociedade (SAVIANI, 1986, p. 55).

Ainda no que concerne à inserção social é preciso também que as instituições acadêmicas valorizem os saberes existentes nas comunidades. É este um ponto essencial, uma vez que o saber é derivado da prática, é advindo das relações que os seres humanos estabelecem com seu meio e entre si. Assim, a universidade, ao abrir-se aos conhecimentos elaborados fora de seus domínios, fortalece o vínculo com o meio que a cerca e do qual faz parte, na medida em que constrói uma aproximação estruturada no encontro entre saberes, o que permite uma atenção efetiva às reivindicações sociais. Nessa perspectiva, há mediação entre conhecimentos, há uma relação entre sujeitos produtores de saberes, e não uma imposição pretensiosa e distanciada da academia sobre seu entorno (SAVIANI, 2007).

Além das discussões que reiteram a importância de um desenvolvimento tecnológico autônomo e comprometido com os problemas sociais e à ação dos sujeitos, bem como vinculado à inserção social, a análise a respeito do papel das universidades e da produção de conhecimento no contexto contemporâneo na América Latina e especificamente no Brasil, suscita também, dentre outros atributos essenciais, a necessidade de que o trabalho acadêmico seja direcionado à internacionalização, ao fortalecimento da capacidade de articulação entre demandas locais e expectativas externas, uma vez que as interfaces geopolíticas e macroeconômicas vêm se multiplicando, exercendo, com isso, influência significativa sobretudo nos países de terceiro mundo. A preocupação com a interação global vem a ser, por isso, um imperativo para as nações que pretendem ocupar uma posição protagonista no cenário mundial, daí o apelo para que o meio universitário tome parte na construção das condições para tal aspiração (PANIZZI, 2004).

A compreensão da origem, atributos e implicações dessas relações entre o que é local e o que é global, entre o que atende demandas endógenas e o que responde a expectativas exógenas suscita, uma vez mais, a análise crítica acerca do processo de globalização. Isso porque o incremento do poderio das grandes empresas, bem como a viabilização das operações em macroescala, articulados pelo aparato tecnológico informacional e de comunicação, redefiniram os limites dos territórios de países, regiões e mesmo de pequenas localidades: ainda que geograficamente os territórios mantenham sua posição, seus domínios abrigam estruturas, processos e organizações de origens diversas, criando várias interfaces

entre as dinâmicas próprias da localidade e os fluxos ditados externamente (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

Com isso, é possível identificar ao menos dois arranjos que surgem nessa conjuntura: o lugar-local, que representa a herança histórica da localidade, em que são resguardados os elementos econômicos, sociais, políticos e culturais que sustentam uma estruturação voltada aos anseios específicos de uma dada região; e o lugar-global, um espaço redefinido pelas forças do movimento de globalização, que coexiste no mesmo território do lugar-local, mas que é regido por outros pressupostos, como as estratégias das companhias transnacionais, os preceitos dos organismos internacionais, a competitividade do mercado em nível mundial (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

Cabe ressaltar que não só há diferenças de enfoque e perspectivas, como pode haver uma disparidade de forças entre as iniciativas internas e estrangeiras, o que evidencia que a relação entre lugares-locais e lugares-globais, dentro de um mesmo território, não assegura a suposta integração subjacente à globalização. Ao contrário, tal interface pode vir a manter, e, em alguns casos, acentuar a distância entre nações pobres e nações ricas:

a integração global capaz de se identificar com um real processo de desenvolvimento econômico e social é uma utopia ainda distante. A abertura econômica ampla e o desejo de inserção rápida no contexto da economia global deixaram os países periféricos vulneráveis à desnacionalização industrial e aos ataques especulativos do capital financeiro internacional (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 91).

Portanto, mais do que articular demandas locais e expectativas externas, trata-se de organizar, não apenas a partir do trabalho acadêmico, mas também através de políticas públicas e mobilização popular, uma resposta, um contraponto a um movimento que sustenta e intensifica injustiças historicamente consolidadas. A mediação entre o local e o global deve, então, assumir a tarefa de potencializar culturas, identidades e vocações regionais, ao mesmo tempo em que projeta ações políticas e econômicas em âmbito internacional, de modo que a interface com agentes e estímulos exógenos ocorra em equivalência de forças, assegurando, assim, uma apreensão crítica de valores e referências. Esse processo contém também um fluxo no outro sentido, a expressão cultural, as conquistas tecnológicas e os avanços científicos resultantes da dinâmica quotidiana do país, oriundos não somente das universidades, como da sociedade em geral precisam ultrapassar fronteiras, alcançando as demais nações, não com o intuito de impor um determinado conjunto de princípios ou doutrinas, mas para afirmar, na sociedade globalizada, uma postura soberana, aberta às inter-relações com outros países, disposta a contribuir para as reflexões acerca dos rumos do planeta, sempre atenta, contudo, à preservação dos interesses nacionais (PANIZZI, 2004).

Eis, enfim, alguns dos caminhos que vem sendo percorridos com o objetivo de colocar em discussão o papel do conhecimento acadêmico e construir contrapontos à naturalização dos pressupostos liberais nas universidades e na sociedade em geral:

- a) uma produção de conhecimento cuja referência seja a autonomia de pensamento e a reflexão crítica, pautando a criação e difusão de saberes a partir de uma contextualização histórica, política e cultural;
- b) nesse sentido, há a preocupação em conceber tecnologias próprias, elaboradas em função das demandas da sociedade, constituindo-se, para isso, canais de participação que permitam à população debater os direcionamentos propostos à inovação tecnológica;
- c) essa participação pressupõe uma reflexão acerca do papel do conhecimento e da tecnologia, a fim de que sejam concebidos rumos diversos à inovação, de modo que a mesma atenda efetivamente toda a sociedade;
- d) de fato, o vínculo do trabalho acadêmico com a sociedade é aqui um aspecto central, que vai ser evidenciado em ao menos outras três propostas, a primeira delas, o estímulo à formação do estudante-cidadão, o qual é preparado para situar ética e politicamente os conhecimentos técnicos, bem como para dimensionar socialmente as repercussões de sua atuação;
- e) o vínculo academia-sociedade é também manifestado na defesa da inserção social das universidades, um processo caracterizado, dentre atributos diversos, pela disposição dos pesquisadores em formular coletivamente suas trajetórias de investigação, e pela valorização dos saberes não acadêmicos;
- f) o terceiro aspecto referente à articulação entre as universidades e a sociedade é de natureza geopolítica e macroeconômica, e diz respeito ao papel da produção de conhecimento na mediação entre forças globais – representadas pelas grandes corporações, pelos organismos supranacionais e pelo mercado mundial – e forças locais – a cultura, a história, a economia, a cidadania, os sujeitos que atuam em uma dada região.

A análise desses atributos evidencia que é esta uma resposta plural, em que são identificados ao menos quatro fundamentos: primeiro, em função de contemplar a esfera geopolítica e macroeconômica, reiterando a necessidade de uma **internacionalização protagonista** que supere as relações de subordinação com o primeiro mundo, perpetuadas no ideário liberal; além disso, aborda a questão técnica, contextualizando-a criticamente e defendendo tanto a criação de um aparato tecnológico próprio, como a reflexão a respeito dos

rumos da inovação, discutindo, assim, a **dimensão política da tecnologia**, a qual, circunscrita ao capitalismo, atende não a sociedade, mas as expectativas de mercado; ainda, em um terceiro aspecto, compreende a **inserção social**, ao propor o questionamento acerca das repercussões da ciência e da pesquisa na sociedade, salientando a importância de afirmar a cultura, a história e o saber popular, da mesma forma em que ressalta a necessidade de construir conhecimentos voltados à resolução dos problemas sociais, não o “conhecimento útil” que naturaliza os pressupostos capitalistas; e, em um enfoque mais específico, a pluralidade da resposta que se contrapõe à hegemonia liberal é também manifestada ao colocar em perspectiva a **formação de sujeitos**, ao defender a autonomia de pensamento, o exercício da cidadania e ação política, opondo-se à legitimação de uma educação que visa apenas à preparação de mão de obra qualificada.

A seguir, faz-se uma discussão acerca desses quatro temas – a internacionalização protagonista, a dimensão política da tecnologia, a inserção social, a formação de sujeitos – no contexto dos estudos organizacionais, a partir dos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos, Mauricio Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, três dos principais autores clássicos da área, a fim de contribuir às reflexões a respeito da produção de conhecimento no campo, propondo a aproximação com os debates que problematizam o papel das universidades latino-americanas na contemporaneidade.

[título]

O questionamento acerca da produção de conhecimento no âmbito das teorias organizacionais sempre foi um dos fundamentos das formulações de Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta. Os autores, na verdade, partem de uma abordagem mais ampla, a qual, nas suas diferentes epistemologias, compreende, inicialmente, uma análise crítica com relação à modernidade e ao capitalismo, elucidando suas origens e denunciando seus males para, a partir disso, desenvolver um trabalho teórico que afirme contrapontos à supremacia do pensamento e ação conduzidos pela lógica do capital, propondo não apenas rumos diversos aos estudos organizacionais, como também contribuindo para a construção da sociedade desde outros fundamentos.

No que se refere à crítica, dois dos principais pontos tratados são a primazia da razão instrumental e a consolidação da sociedade centrada no mercado (TRAGTENBERG, 1992; 1989; PRESTES MOTTA, 1990, 1981a; 1981b; GUERREIRO RAMOS, 1981).

A prevalência da razão instrumental acarreta em uma distorção na própria concepção do que seja razão, um conceito que acompanhou as sociedades em diferentes momentos históricos. Na modernidade, o conceito de racionalidade adquire atributos que espelham as

expectativas capitalistas, perdendo significados referentes ao plano filosófico, ético e político que caracterizaram a noção do termo através dos tempos. Assim, sob os auspícios de uma alegada racionalidade, à qual foi incorporada uma roupagem conveniente aos interesses mercantis, valores antes restritos a esferas específicas da sociedade, ou mesmo condenados em épocas anteriores, são agora celebrados como aspectos emblemáticos da razão, de modo que a lógica meios e fins, o pragmatismo, o utilitarismo, o nexu monetário são enaltecidos como características de um ser humano que se pretende racional, abrindo caminho, a partir disso, à estruturação de uma sociedade centrada na atividade produtiva capitalista (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Nesses termos, os clássicos, em uníssono, evidenciam qual o aspecto essencial a ser colocado em perspectiva ao pensar criticamente nossa área de atuação: as teorias organizacionais, reiteram os autores, são ideologias legitimadoras da sociedade centrada no mercado (PRESTES MOTTA, 1990; TRAGTENBERG, 1989; GUERREIRO RAMOS, 1981).

De fato, desde sua origem, os estudos relacionados às organizações vêm autorizando, técnica e cientificamente, o modelo voltado ao capital, sendo que a própria gênese do campo ocorreu a partir do aprofundamento do paradigma capitalista. É por isso que os estudos organizacionais, em suas distintas fases, são inexoravelmente pautados pelo binômio eficiência-controle, a começar pelos pioneiros Robert Owen e Claude Saint-Simon, industriais do século XIX que integravam o grupo a que Karl Marx denominaria socialistas utópicos, com suas preocupações sociais circunscritas aos marcos econômicos do capital, passando pelas escolas clássica e de relações humanas do início do século XX, cujos enfoques voltados à gestão das empresas visavam à obtenção de consenso, ordem e disciplina – as harmonias administrativas - até a teoria das organizações, a qual, com um arcabouço que agregara à teoria geral da administração, a partir dos anos 1940, formulações, dentre outras, advindas do estruturalismo e do funcionalismo, tem se proposto, no seu espaço ortodoxo, a difundir prescrições voltadas à integração, regulação e adaptação dos subsistemas organizacionais em função do sistema social já estabelecido (PRESTES MOTTA, 2003; 1981; TRAGTENBERG, 1989).

A primazia da razão instrumental e o centramento do mercado são, portanto, assumidos como pressupostos, o que significa que são ou exaltados como indícios que demonstram a evolução da sociedade, sustentando, desse modo, que a modernidade e o capitalismo são o ápice da civilização, ou são essas referências que sequer são levadas em consideração, sendo, assim, naturalizadas. Ao acatar como fundamentos tais premissas de

caráter episódico, quer dizer, situadas historicamente a partir de um enunciado ideológico específico, a teoria das organizações revela sua ingenuidade (GUERREIRO RAMOS, 1981), renunciando ao questionamento e à amplitude na construção de saberes, mostrando-se incapaz tanto de explicar a realidade social sob enfoques mais abrangentes, como de contribuir para a resolução dos problemas do mundo contemporâneo, limitando-se a subsidiar o aprimoramento da atividade produtiva alinhada aos ditames do capital, cumprindo, assim, o papel de legitimá-lo (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Dentre as implicações dessa legitimação, ao menos quatro aspectos podem ser identificados, inicialmente, a sustentação do *status quo* historicamente oferecida pela área (PRESTES MOTTA, 1990; TRAGTENBERG, 1989; GUERREIRO RAMOS, 1981). As harmonias administrativas a que se fez menção, resultantes do esforço em elaborar técnicas, ferramentas e modelos visando à consecução de ambientes adequados à manutenção e aprimoramento do processo produtivo, ao repercutir nos espaços organizacionais, moldam, na verdade, o próprio tecido social, uma vez que a sociedade moderna é constituída, fundamentalmente, por organizações. Assim, o comprometimento com as elites, característico das teorias organizacionais, ocorre não apenas em função da busca por controle e eficiência em nível econômico, como também devido à formulação de arcabouços conceituais mantenedores da ordem social vigente (PRESTES MOTTA, 1990).

Uma vez que a constituição social contemporânea dá-se mediante um conjunto de organizações de diferentes naturezas, aprofundando, com isso, o grau de influência da teoria organizacional nas diversas esferas da vida quotidiana, é possível reconhecer um segundo aspecto vinculado aos impactos dessa legitimação do campo: a difusão da mentalidade burocrática (PRESTES MOTTA, 1981). A mentalidade burocrática diz respeito à assimilação acrítica dos valores capitalistas, fazendo com que os indivíduos tomem as referências de mercado como universalmente válidas a todas as instâncias da sociedade – modo de produção, estrutura política, relações sociais, manifestações artísticas e culturais, comportamento humano. Mais do que isso, a difusão da mentalidade burocrática incorre no direcionamento de toda a ação humana para os meios reconhecidos como válidos dentro dos marcos do capital, de modo que o conformismo e a resignação ante o previamente estabelecido, a incapacidade de conceber outras formas de organização econômica, política e social, ou mesmo a recusa a esse tipo de exercício, evidenciam que a burocratização do ser, efetivamente, se consolidou (PRESTES MOTTA, 1981).

Identificados dois dos fundamentos que expõem um arcabouço voltado à manutenção da ordem e à disseminação de valores conformistas – a sustentação do *status quo* e a difusão

da mentalidade burocrática - **o vínculo com as classes privilegiadas** evidencia ainda uma terceira consequência do papel legitimador da área: a naturalização da heterogestão (TRAGTENBERG, 1992; 1989; PRESTES MOTTA, 1986; 1981b)

A heterogestão - distinção entre quem gere e quem é gerido, entre aquele que planeja, organiza, comanda e controla, e aquele que apenas executa (PRESTES MOTTA, 1981b) - é a estrutura organizacional coerente com os ideais recém abordados de manutenção da ordem e de disseminação de valores conformistas, na medida em que impõe uma distinção entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos, em uma segregação balizada na crença de que o conhecimento gerencial é necessariamente superior a qualquer outro saber (TRAGTENBERG, 1992; 1989; PRESTES MOTTA, 1986; 1981b).

A heterogestão se vincula com a sustentação do *status quo* e com a difusão da mentalidade burocrática porque autoriza o exercício de poder de uns sobre os outros, perpetuando um ordenamento social alicerçado na dominação de uma classe privilegiada (TRAGTENBERG, 1992). A teoria das organizações dá amparo acadêmico a tal condição, alçando a verdade científica prescrições que recomendam como imperativo a diferenciação entre mandantes e obedientes, e que reiteram a inaptidão generalizada da classe trabalhadora, exaltando gerentes e executivos como indivíduos quase messiânicos, únicos capazes de conduzir os negócios, o Estado, a sociedade (TRAGTENBERG, 1992; PRESTES MOTTA, 1990).

Uma estruturação social erigida a partir desta segregação entre dominantes e dominados, e que da mesma forma demanda a disseminação da mentalidade burocrática como princípio mantenedor de seu ordenamento, acarreta em uma série de danos à maioria dos indivíduos que, coagidos a inserir-se em arranjos organizacionais pré-determinados, impedidos de pensar de forma autônoma, de tomar o controle sobre seu próprio trabalho, sobre sua trajetória no mundo, acabam por sofrer um processo de despersonalização no qual, desprovidos de qualquer ímpeto protagonista, tornam-se incapazes de ação, restando-lhes apenas a capacidade de comportar-se – a assimilação passiva dos padrões de obediência, de produção alienada e consumo narcotizante - recebendo, inclusive, honras por isso (o bom cidadão, o empregado exemplar, cumpridores de seus papéis sociais), um processo que caracteriza um dos males contemporâneos, a síndrome comportamentalista - a quarta repercussão da legitimação concedida aos marcos capitalistas pela teoria das organizações (GUERREIRO, RAMOS, 1981).

Em síntese... itens articulando Aí já dá para frear e fazer considerações, retomando as quatro categorias (política cognitiva, é um processo de educação),

A observação conjunta desses quatro aspectos levam à violência característica do nosso tempo: Rac. Inst -> rac subj (os três? Emp do mundo; participacionismos, psicologismos, regressão do político ao psíquico (Tragtenberg; Motta)

com gancho para os encaminhamentos dos autores; aí, análise de novo e cf